

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.775 - SP (2019/0103249-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : EMERSON MOREIRA MENESES
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VANESSA MEDRADO DE SOUZA - DEFENSORA PÚBLICA -
SP301016
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática do delito previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), às penas de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e o pagamento de 11 (onze) dias-multa, conforme a sentença de fls. 246/252.

A Defesa interpôs recurso de apelação requerendo a absolvição por falta de provas, subsidiariamente, requereu a desclassificação do delito para o tipificado no art. 12 do Estatuto do Desarmamento, a fixação do regime aberto e a aplicação do art. 387, §2º, do Código de Processo Penal - CPP (detração), com a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos (fls. 276/284).

O recurso foi desprovido, nos termos do acórdão assim ementado, *in verbis* (fls. 327/328, grifos no original):

PENAL. APELAÇÃO. LEI DE ARMAS. ART. 14 DA LEI 10826/2003. CONDENAÇÃO. RECURSO DA DEFESA.

Pretendida absolvição por insuficiência probatória. Alternativamente, a desclassificação para o art. 12 da referida lei, fixação de regime aberto pela "detração (art. 387, §2º, do CPP) e substituição da pena corporal por restritiva de direitos. Descabimento.

A) Absolvição por insuficiência de probatória. Impossibilidade. Depoimentos claros e coesos sobre o réu trazer consigo, fora de sua casa, arma de fogo. Versão defensiva isolada no interrogatório, inverossímil, em nada justificada (art. 156 do CPP).

B) Desclassificação para o art. 12 da Lei 10.826/03. Inocorrência. Perfeita caracterização do crime de porte. Afastada versão, isolada, de arma encontrada na casa e de responsabilidade de terceiro.

C) Fixação do regime aberto. Descabimento. Réu reincidente (art. 33, §2º, "c", do CP). Apenas por circunstâncias judiciais

Superior Tribunal de Justiça

favoráveis, aplicada a Súmula 269 do E. STJ, fixando-se regime intermediário.

D) Substituição da pena corporal por pena restritiva de direitos. Impossibilidade. Vedação legal - art. 44, I e II do CP.

Negado provimento."

Os embargos de declaração a seguir opostos foram rejeitados (fls. 388/393).

No recurso especial, a Defensoria Pública alega afronta aos arts. 44, § 3º do Código Penal - CP e 387, § 2º do Código de Processo Penal - CPP.

Sustenta que o aresto impugnado deixou de substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos com base na reincidência do apenado, contudo, foram preenchidos os requisitos legais exigidos para tal fim, ressaltando que, a despeito da reincidência, a substituição pretendida mostra-se socialmente recomendável, além de não se vislumbrar reincidência específica no caso concreto.

Defende que aplicada a detração do tempo em que o ora agravante esteve preso cautelarmente a pena seria reduzida, possibilitando a pretendida substituição da reprimenda corporal por restritivas de direitos.

A r. decisão agravada, afastando a preliminar de intempestividade alegada pelo Ministério Público, não admitiu o recurso especial porque incidentes os verbetes ns. 7, 269 e 83 da Súmula deste STJ (fls. 430/433).

Contraminuta às fls. 452/463. O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do presente agravo em recurso especial (fls. 478/479).

É o relatório. Decido.

Com razão o *Parquet* Federal.

Em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, especificamente ao andamento da Execução Provisória (processo n. 0001916-28.2017.8.26.0502), verifica-se que, em 28/08/2018, o Juízo da Execução Penal julgou extinta a punibilidade de EMERSON MOREIRA MENESES, quanto ao delito do art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/03, nos autos da Ação Penal n. 0000060-55.2016.8.26.0537, pelo término do cumprimento da pena, e determinou a expedição de alvará de soltura em 08/01/2019.

Desse modo, constatado o esvaziamento do objeto do presente recurso, julgo-o prejudicado.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

